

Resenha

O Império Português sob a égide da Igreja

Yllan de Mattos e Pollyanna G. Mendonça Muniz (Orgs.).
Inquisição & justiça eclesiástica. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

CAROLINA CHAVES FERRO

Há tempos que um livro não reúne uma gama tão variada de pesquisadores e de temas correlatos em espaços tão diferentes como a obra organizada pelos professores Yllan de Mattos e Pollyanna Muniz. Seu objetivo principal é compreender como cada localidade do Ultramar português na época moderna conviveu com a justiça da Igreja dividida entre duas instituições, o Santo Ofício - que perseguia os crimes contra a fé, ou seja, os hereges - e a justiça eclesiástica - um pouco mais abrangente, que se calcava em quaisquer problemas relacionados direta ou indiretamente com as práticas previstas nos cânones da Igreja Católica Romana.

Mas, a despeito da variedade supracitada e como tantos outros livros organizados nos dias de hoje, a ideia surgiu através de um simpósio temático denominado "Inquisição e poder eclesiástico", apresentado no *I Simpósio Internacional de estudos Inquisitoriais: História e Historiografia*, realizado na cidade de Salvador, em 2011. Ainda assim, a organização do livro começa a se diferenciar na introdução que, ao contrário de outras obras baseadas em congressos, não procura fazer um resumo do que é abordado nos capítulos seguintes. Dividida em duas partes, os organizadores abordam de forma detalhada o funcionamento da Inquisição e da justiça eclesiástica (na primeira) e retomam (na segunda) historiadores consagrados que, de certa forma, mudaram os paradigmas do estudo da Igreja e da sociedade portuguesa.

A diferenciação entre as duas "justiças" é bastante importante e nos ajuda a compreender a diversidade do livro, especialmente quando o conteúdo não tem a ver diretamente com uma questão do cânone Católico como, por exemplo, no artigo de Fabrício dos Santos. O caso de Paranaguá julgou os acusados de tentar assassinar o padre André da Silva Ribeiro. O crime de assassinato, apesar de constar em um dos mandamentos de Moisés, era da alçada da justiça laica, mas, por envolver um clérigo, quem julgou o crime foi a justiça eclesiástica, possibilitando a inclusão do caso no livro e tornando-o muito mais abrangente.

Já os historiadores com os quais a obra dialoga em termos metodológicos são principalmente Caio Boschi e José Pedro Paiva que inauguraram a questão da complementariedade das duas instituições propostas no título da obra, mas também Adriano Prosperi e Bruno Feitler que publicaram estudos importantes para compreender o papel da Igreja na sociedade daquele período.

Os capítulos seguintes reúnem pesquisadores que estudam quase todas as áreas do ultramar português. Eles passam pelo Rio Grande de São Pedro (no sul do Brasil), pelo Grão Pará e Maranhão, atravessam o Atlântico até Cabo Verde e navegam pelos oceanos Índico e Pacífico,

nas Índias que abarcavam da região oriental da África ao Japão, mas tendo como ponto nevrálgico Goa, onde o único tribunal do Santo Ofício fora de Portugal foi instituído, em 1560.

Com tamanha diversidade de pesquisadores e de estágios de pesquisa, é possível verificar uma grande liberdade e um maior amadurecimento em alguns capítulos e uma necessidade de afirmação em outros cuja trajetória ainda caminha para se firmar numa academia que, às vezes, engessa o texto ao invés de torná-lo livre com rigor histórico.

Destaque especial ao capítulo de Ronaldo Vainfas que, além de ser um deleite para os pesquisadores e para o público não especializado ou que está iniciando na profissão, traz um panorama de todas as visitas do Santo Ofício (pelo menos as que a documentação chegou até nós), com os casos mais enigmáticos, localização detalhada das fontes e explicação de que, mais do que o estudo desses momentos de perseguição aos hereges, as fontes mostram, com riqueza de detalhes, informações sobre o cotidiano e a sociedade dos séculos XVI a XVIII na América.

Outros artigos são pequenas pérolas num oceano de profissionais que se dedicaram a essas temáticas pelo menos nos últimos 30 anos. Cito os trabalhos de Fábio Kuhn, Angelo Assis, Patrícia Souza de Faria e os artigos dos organizadores Pollyanna Muniz e Yllan de Mattos.

Fábio Kuhn aborda a colaboração entre as duas instituições na região mais ao sul da América portuguesa e na fronteira. Angelo Assis trouxe gráficos detalhados com um panorama sobre os réus e os perseguidos pela Inquisição. Patrícia Souza de Faria explica de maneira detalhada as estruturas diferenciadas da presença portuguesa no Oriente e a implantação do único Tribunal do Santo Ofício Português fora do reino, na Índia. Pollyanna Muniz se debruça sobre a colaboração das duas instituições e a participação ativa da vigairaria na região do Piauí, constituindo um dos artigos mais originais, tendo em vista o ainda precário conhecimento que temos dessa localidade. Já Yllan de Mattos se debruça sobre a última visita do Santo Ofício no Grão-Pará e Maranhão, demonstrando um conhecimento ímpar da documentação e encarando a era “Pombalina” no norte da colônia com primor.

Já alguns artigos como os de Fabrício Forcato dos Santos e Matilde Mendonça dos Santos, por exemplo, demonstram que há muito o que se pesquisar em algumas regiões do Império Português. No caso do primeiro texto, são seis páginas de discussões teóricas sobre a “fofoca”, o “band” e outros conceitos que poderiam bem ser inseridos conforme a documentação fosse apresentada. Tendo em vista a localidade estudada, a região de Curitiba, seria muito mais interessante para os leitores, se ele se dedicasse a explicar as conjunturas e especificidades dessa região ao invés de apresentar apenas os teóricos já consagrados e conhecidos pelo público acadêmico da área.

Já o texto de Matilde dos Santos não deixa tão clara a distinção entre a Inquisição e a Justiça eclesíástica em Cabo Verde, o que pode causar uma certa confusão para o leitor que está iniciando neste tipo de pesquisa.

O livro também precisa de uma pequena revisão. Há excesso de palavras unidas, que podem provocar um certo desajuste na hora da leitura. Um exemplo disso é o da citação do trabalho do professor da UFBA, Luiz Mott, que no livro aparece “Luiz Motta”, devido ao artigo colocado na frase após o nome próprio. Outro pequeno problema relativo à revisão é detalhismo de conteúdo. Por exemplo, no artigo do professor Ronaldo Vainfas (página 50), ao tratar de um dos casos mais famosos da Inquisição, o do judeu Antonio José da Silva, ele comenta que o caso ficou tão célebre que virou um romance - de Camilo Castelo Branco - e um filme de “Daniel Azulay”, quando na verdade o diretor chama-se “Jom Toby Azulay”.

Faltou, talvez mais para mim, uma conclusão que fechasse o livro. Nele, os organizadores poderiam explicar a ordem pela qual os textos foram escolhidos para publicação e fechar com a

importância desses estudos para a sociedade de hoje. Mas isto não é uma obrigatoriedade e nem acontece com frequência se compararmos com outras obras baseadas em congressos.

De qualquer forma, nada invalida o trabalho árduo promovido pelos jovens doutores em juntar, numa única obra, conteúdo suficiente para retirar quase todas as dúvidas que esse tipo de temática possa levantar. E como diria Ronaldo Vainfas, trata-se de uma chance para os professores do ensino básico conhecerem e inserirem o tema dos tribunais religiosos nas discussões sobre a história do Brasil colonial.

Resenha recebida para publicação em 16 de outubro de 2013.